

Uma Justificativa Crítica Pela Economia Solidária

Autoria: Susana Iglesias Webering

Resumo: *Este trabalho é uma crítica que busca justificar de modo embasado a necessidade de discutirmos a Economia Solidária e a autogestão. Com base nas lacunas que não foram preenchidas pelas teorias econômicas e de desenvolvimento é construída uma argumentação sobre como essas abordagens deixaram espaços onde continuaram existindo as relações de cooperação e solidariedade que, segundo Kropotkin, são instintos desenvolvidos durante o nosso longo processo de evolução. São experiências que não são alternativas no seu sentido de opção, mas necessárias para a sobrevivência, inerentes àquelas pessoas e lugares. Essa dinâmica não é recente, mas agora é reconhecida no que passou a se chamar de Economia Solidária. No âmbito da Administração este trabalho visa contribuir para reconhecimento da importância da teoria crítica nos estudos organizacionais. Na medida em que a mudança reside nas relações de produção, a Administração exerce um papel fundamental.*

1. Introdução

Existe uma extensa produção científica que permite um minucioso exame do modo de produção dominante como, por exemplo, a própria crítica marxista. Tais estudos embasados convergem para o irracional do processo de organização do trabalho.

O que pudemos observar, nas duas últimas décadas do século XX, é que passamos a viver um período em que o capitalismo conseguiu uma aceitação sem precedentes na sua própria história. As idéias neoliberais foram aceitas com tamanho sucesso que, a idéia de que “não há alternativa” parece ter sido absorvida, inclusive, por intelectuais progressistas. (SOUSA SANTOS, 2002) Houve uma retomada da idéia do mercado auto-regulado que, havia predominado no séc. XIX, com a diferença de que agora esse ressurgimento (em forma de neoliberalismo econômico) não veio acompanhado, como naquela época, pelas lutas e por um pensamento crítico elaborado. Situação que começa a mudar nos últimos anos com o nascimento de um ativismo contra a globalização hegemônica que se manifesta, por exemplo, na realização das edições do Fórum Social Mundial e em articulações como no Brasil o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Essa seria uma reação inevitável uma vez que a utopia do mercado auto-regulado não poderia manter-se no tempo sem destruir o homem e a natureza. A efervescência do tema superaquecimento global nos últimos anos tem nos alertado para a proximidade do fato.

Outros aspectos que marcaram o final do século passado foram a inviabilidade e colapso dos países que adotaram um sistema socialista autoritário e centralizado. A teoria crítica de cunho marxista causou maior impacto por ter sido o suporte ideológico das mudanças ocorridas no território russo a partir da Revolução de outubro de 1917. O que ocorreu na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas seria, segundo seus dirigentes, uma concretização do socialismo, como modo de produção e forma de organização social alternativa ao capitalismo. No entanto, verificou-se uma deturpação de princípios, especialmente após ascensão de Stálin, materializando o controle estatal do partido único sobre a sociedade civil, sindicatos, órgãos de resistência ou representação. Tendo como conseqüência um Estado ineficiente, burocratizado, militarizado, autoritário, que continuou reproduzindo a divisão do trabalho típica do capitalismo (que empreendeu, inclusive, as técnicas tayloristas), cujo avanço engendrou uma corrida armamentista e de conquista do espaço, não atendendo às necessidades de consumo e, principalmente, aos anseios de liberdade de expressão e organização da população. Desta forma, toda espécie de crítica ao capitalismo era repelida como se fosse a favor do modelo soviético, constituindo-se uma forma de desvirtuar críticas, práticas transformadoras e burlar-se de qualquer indivíduo que demonstrasse preocupação em buscar alternativas.

Assim, com a inviabilidade exposta pelos sistemas econômicos centralizados e autoritários, com o colapso dos países socialistas no final dos anos 80 e no início dos anos 90, pela derrocada de seu principal adversário e pela insuficiência de experiências alternativas concretas, o capitalismo terminou por configurar-se no final do século XX e início desse novo milênio como modelo único.

O que se observa é que a globalização neo-liberal, o modelo de acumulação capitalista é eficazmente criticado, mas parece haver um impasse já que não houve a formulação de uma alternativa econômica concreta que desse conteúdo à crítica anti-hegemônica e que fosse ao mesmo tempo viável. Por isso se torna de especial importância o pensar e o agir combinados, teoria e prática estruturadas e viáveis.

Da necessidade de crítica

Sousa Santos (2002, p.24) alerta para a urgência de se “formular alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e que, por isso, dêem conteúdo específico às propostas de uma globalização contra hegemônica”, ressaltando a necessidade de uma reorganização dos movimentos e pensamentos críticos.

Para essa reorganização através da articulação pensar/ agir e teoria / prática, nenhum outro momento pareceu tão adequado quanto o que estamos vivendo nos últimos anos. Isso vem se mostrando através de uma retomada das práticas autogestionárias e de um ideal de solidariedade que visualizamos no crescimento do movimento que no Brasil e na América Latina passou a chamar-se Economia Solidária. O agravamento das tendências que se mostram cada vez mais equivocadas e o ressurgimento de relações econômicas e sociais baseadas na cooperação e autonomia do trabalhador mostram que, de fato, a incontestabilidade do sistema vigente não poderia se sustentar por muito tempo.

Dentre as críticas mais comuns e estão:

- ✓ A concentração de renda a níveis jamais vistos, onde os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres;
- ✓ A crise do desemprego estrutural (ANTUNES, 2006);
- ✓ A concorrência exigida pelo capitalismo tem gerado relações cada vez mais empobrecidas e individualistas;
- ✓ A questão ambiental: o superaquecimento global, a degradação da natureza, o esgotamento dos recursos naturais e a extinção de espécies.

Esse quadro contribuiu para a recuperação e (re)invenção de práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas. Recuperação, pois as formas de produção associativas mutualistas, autogestionárias e os grupos cooperativados (alguns fomentados por entidades religiosas ou sindicais) não são recentes nem nunca deixaram de existir nesse período, mas foram nos últimos quinze anos que eles têm proliferado mais aceleradamente em todo o mundo. Essas alternativas são menos pretensivas que o socialismo centralizado e as teorias que lhes servem de base são muito fragmentadas, tampouco presumem uma inevitabilidade histórica como pretendia o debate marxista clássico. A questão principal dos empreendimentos solidários é como podem ser viáveis e emancipadores em um contexto capitalista baseados na organização igualitária, de solidariedade e na proteção ao meio ambiente. (SOUSA SANTOS, 2002)

Teoria tradicional x Teoria crítica

Baseado na escola Frunkfurtiana, mais especificamente em Habermas, Tenório (2002) afirma que teoria tradicional é o conhecimento positivista que visa basicamente o conhecimento e não uma transformação social; realiza-se pelo método empírico e gera proposições generalizáveis. Os acontecimentos sociais são considerados neutros, análogos aos que são considerados nas ciências exatas. As teorias críticas, por sua vez, têm três

características principais: 1- são guias para a ação humana, uma vez que esclarecem aos seus agentes quais são seus verdadeiros interesses, os quais lhes viriam trazer uma verdadeira emancipação; 2- têm conteúdo cognitivo; 3- ao invés das teorias tradicionais que são objetificantes, as teorias críticas são reflexivas. Sendo reflexiva a teoria crítica deve investigar as interconexões dos fenômenos sociais e observá-los de acordo com o momento histórico daquela sociedade.

De acordo com Faria (2007 a), a Teoria Crítica é constituída (i) do pensamento radical, em seu sentido filosófico de raiz, (ii) da fuga à subversão da razão, (iii) da busca do humanismo. Seu atributo é transformar a realidade social, amparada em fundamentações teóricas que procuram entender tanto as relações sociais quanto os sujeitos e sua inserção nestas relações, nos grupos e organizações.

Boaventura de Sousa Santos diz que a afirmação fundamental do pensamento crítico “não se reduz ao que existe” (2002, p.25). A realidade deve ser vista como um campo de possibilidades que a teoria crítica deve ampliar através da reflexão e experimentações de alternativas e formas de sociedade mais justas. Ou seja, a teoria crítica tem uma característica transcendente¹ aos acontecimentos e interconexões sociais, não se restringindo apenas ao que existe, mas propondo a melhora da realidade de um determinado momento. Uma seqüência de “teorias críticas” é a própria dialética que deixou de ocorrer quando se estabeleceu um pensamento tradicionalista, quando o capitalismo configurou-se modelo único incontestável, nos deparamos com a falta de teorias críticas embasadas e a dificuldade que tal elaboração representa.

Da dificuldade de se construir uma teoria crítica

Talvez a dificuldade que existe em se criar uma teoria crítica alternativa ao capitalismo esteja no fato de não conhecermos a realidade local.

“A realidade qualquer que seja o modo como é concebida é considerada pela teoria crítica um campo de possibilidades e a tarefa da teoria consiste precisamente em definir e avaliar a natureza e o âmbito das alternativas ao que está empiricamente dado. A análise crítica do que existe assenta no pressuposto de que a existência não esgota as possibilidades da existência e que, portanto, há alternativas suscetíveis de superar o que é criticável no que existe. O desconforto, o inconformismo ou a indignação perante o que existe suscita impulso para teorizar a sua superação.” (SOUSA SANTOS, 2001, p.23)

Embora a natureza e a qualidade moral de nossa sociedade causem tanto desconforto e indignação, há uma dificuldade de se pensar em uma outra forma alternativa ao que vivemos. A fraqueza residiria no fato de a sociedade ser produto de vontades particulares, conseqüência do pensamento capitalista; não pode haver uma razão transparente enquanto o homem agir sem que se pense suas ações como atos que afetam um “organismo” que, na verdade é coletivo. A conseqüência dessa ausência é o “organismo” irracional em que vivemos.

Boaventura de Sousa Santos (2001) relaciona dois fatores responsáveis pela dificuldade em se elaborar uma crítica.

Primeiro fator: a concepção da sociedade como uma totalidade. O homem é multicultural e esse fato é apenas considerado nos estudos das ciências sociais ou nas configurações transdisciplinares. Como o modelo transplantado não funciona, também não funcionaria um único princípio de transformação. Os tipos de dominação são múltiplos, como são múltiplas as resistências e os atores que as protagonizam.

“Mais do que uma teoria comum, do que necessitamos é de uma teoria de tradução que torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos atores coletivos ‘conversarem’ sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam.” (SOUSA SANTOS, 2001, p.27)

Segundo fator: a crise sobre o que é desenvolvimento. Constatou-se que a industrialização não é o motor do desenvolvimento. Ela esteve assentada na natureza e incapaz de perceber a relação de destruição desta e da sociedade. A corrida dos países da periferia para aproximar-se dos países desenvolvidos através do aumento de índices como PIB e taxa de crescimento, aumentou ainda mais tanto as diferenças internas (aumento das desigualdades e concentração de renda) quanto as externas. Os países ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres, acabando a industrialização por trazer desenvolvimento para apenas um terço da humanidade. (SOUSA SANTOS, 2001, p.28)

Os países pobres do mundo em desenvolvimento se viram ainda mais prejudicados pelo efeito da globalização das últimas décadas, nas negociações sobre barreiras comerciais e tratados que normalmente favorecem os países do Ocidente e mesmo nos esforços aparentemente bem intencionados de projetos de desenvolvimento - sejam agrícolas ou de infra-estrutura - sob a tutela de consultores ocidentais e financiados por organismos como o Banco Mundial e outros órgãos, quando fracassados esses países são obrigados a pagar suas dívidas. Stiglitz (2002), que atuou três anos como economista chefe do Banco Mundial, discorre com excelência essas incoerências e ele próprio discute a necessidade de se repensar a globalização e organismos como o FMI e o Banco Mundial.

Uma melhor distribuição das riquezas seria mais importante que um bem-estar medido pelo nível de desenvolvimento. (STIGLITZ, 2002) É cada vez mais notória a falência do atual modelo de desenvolvimento e que talvez, mais importante do que formas de desenvolvimento alternativo, o melhor seria que começássemos a pensar em alternativas ao desenvolvimento.

Em “Desenvolvimento como Liberdade”, que lhe rendeu o premio Nobel de Economia, Amartya Sen define um outro tipo de desenvolvimento que consiste na existência de cinco liberdades instrumentais: 1) a liberdade política, que se constrói sob a democracia participativa; 2) as facilidades econômicas, segundo as quais as pessoas têm a oportunidade de utilizar recursos econômicos para o consumo, produção e trocas, além de terem acesso ao crédito; 3) oportunidades sociais, que são a liberdade substantiva do indivíduo que somente a poderia alcançar enquanto tenha, por exemplo, direito à educação e à saúde; 4) garantias de transparência, que só ocorre quando as três primeiras liberdades existem; nela as relações soam mais claras, assim que não há necessidade de transações ilegais, corrupção e irresponsabilidades financeiras; 5) segurança protetora, que seria o auxílio aos desempregados e suplemento de renda a quem necessita. Sen (2000) defende a idéia de que somente quando os indivíduos têm liberdade existe desenvolvimento econômico e humano.

Os dois fatores citados por Boaventura de Sousa Santos como os responsáveis pela dificuldade que existe de se formular uma teoria crítica - o pensamento único e a concepção de desenvolvimento - são trabalhados: o primeiro, sob uma panorâmica da ciência econômica, como acontece a padronização do comportamento capitalista; o segundo, através do *espaço* (de Milton Santos) onde a técnica e o desenvolvimento devem ser adequados, e onde também a economia é um elemento intrínseco, embora esse fato seja normalmente ignorado.

A Ciência Econômica e a padronização do comportamento capitalista

Razeto, em seu livro “Economía de Solidaridad y Mercado Democrático”, faz uma retrospectiva das três fases da ciência econômica - clássica, neoclássica e keynesiana – como uma seqüência que constitui as grandes correntes do pensamento econômico, que contribuíram não só para o desenvolvimento teórico da disciplina, mas também com os instrumentos utilizados pelos principais sujeitos das atividades econômicas nas sociedades capitalistas; elas teorizam os processos históricos pelos quais passou, sucessivamente, a economia.

Partindo de teóricos clássicos como Cantillón, Smith, Ricardo e Mill, Razeto lembra que esses autores partem de uma problemática antes filosófica, que é aquela do

questionamento da essência da riqueza e de sua necessidade efetiva. Seus estudos deram oportunidade a um amplo campo de reflexão, suscetível de ser abordado por uma metodologia analítica diferente.

“La ciência económica comienza estudiando el trabajo como fuente del valor, cuando se percibe que es el trabajo quien otorga la forma de riqueza a los bienes, servicios y factores con que son satisfechas las necesidades humanas.” (RAZETO, 1985, p.5)

A economia nasce como ciência, efetivamente, quando se concluiu que a riqueza é o produto do trabalho humano, desenvolvendo-se em sua primeira fase como ciência social e política, cujo objetivo próprio não era outro que a ordem social, a saber o sistema de atividades e relações econômicas, políticas e culturais das classes e grupos sociais. Originalmente a ciência da economia ou a “Economia Política” é uma ciência do Estado, não somente no sentido de que ele é o regulador das atividades econômicas, mas principalmente, no sentido de ser ele o mantenedor da ordem social, que estrutura seu mercado de acordo com as dimensões nacionais na sua forma capitalista.

No entanto, essas afirmações são contraditórias à idéia arraigada de separação entre Economia e Política, mercado e Estado. Crença que tem sua origem no que disciplinas científicas teorizaram sobre si mesmas, onde se percebe mecanismos de ocultamento ideológico das funções sociais e políticas cumpridas historicamente por suas elaborações. A teoria que veio a postular-se como ciência econômica e que domina a primeira fase de sua evolução vem ao encontro do que passou a chamar-se de liberalismo – movimento teórico pelo livre comércio – o qual seria, na verdade, um programa político de um grupo social emergente contra as posições estatais dominantes, que propõe uma reestruturação através da subordinação do trabalho ao capital, da agricultura à indústria, e manipulando o próprio Estado de acordo com os seus interesses. Desta maneira, o liberalismo postula as funções do Estado que, seriam as de garantir o livre jogo de forças do mercado, como também garantir os direitos de propriedade. Tal programa político é apresentado como construção conseqüente de uma ordem econômica natural. Ora, “construir” algo que seria “natural” é contraditório logicamente, mas isso fica oculto no que passou a ser considerado como economia pura. Quando se reduziu o poder do Estado à força que garante a propriedade e a autonomia daqueles grupos, o cientificismo conseguiu logo uma separação entre economia e política, construindo assim um conceito de mercado que prescinde do Estado e dos grupos que se organizam com poder político estatal. (RAZETO, 1985, p.7)

Em Marx (2002), o desenvolvimento das bases do sistema capitalista de produção acontece em meados do séc. XVI e se desdobra até o último terço do séc. XVIII através da divisão do trabalho nas oficinas. Foi a passagem do trabalho artesanal (quando o artesão dominava todas as etapas do processo produtivo, num ambiente de cooperação que havia nas guildas) para o trabalho parcial dividido nas oficinas (quando o trabalho é parcelado e trabalhadores especializados passam a ser responsáveis por etapas específicas da manufatura). É baseado nessa desapropriação do trabalhador, que passou a ser uma mera ferramenta assalariada, que o capitalismo se desenvolve na Época Moderna.

O marxismo veio criticar esse programa político, desmontando a pretensão do capitalismo de se constituir como ordem econômica natural, afirmando que ele se originou na verdade a partir das contradições estruturais entre as forças produtivas e relações sociais de produção, e que o Estado passou a refletir as relações de dominação que se constituíram na vida econômica.

Na sua fase clássica, ainda é possível uma percepção da economia como ciência social, uma ciência do Estado e um programa político, embora o ocultamento ideológico mencionado. Já em sua fase “neo-clássica” a disciplina passa a apresentar-se como o estudo

de relações econômicas “puras”, ao qual atribui-se um grau de objetividade suscetível de um conhecimento científico exato.

Nessa fase desvincula-se da filosofia social e política, passando a adotar tendências que a configuram conforme o modelo das ciências naturais que haviam alcançado alto prestígio a partir da eficácia prática, tecnológica, resultante de suas relações com a produção e a indústria.

No entanto, a desvinculação que alcança junto às demais ciências sociais, em relação à filosofia e suas problemáticas é mais formal do que substancial. Razeto lembra que essas disciplinas se desenvolvem nessa fase como “fragmentos” subordinados do positivismo, uma linha de pensamento que tenta superar a crise a que haviam chegado as filosofias racionalistas precedentes. Assim, mantém-se uma dependência da Economia em relação à Filosofia - ainda que não seja reconhecida e tratada com rigor - misturando-se realidade com proposições, crítica com projeção, a busca de objetividade com o compromisso de partidos. Tudo isso sem que se esqueça sua objetividade e exatidão. Ao mesmo tempo sob a influência do sucesso das ciências naturais, a economia passa a imitar seus métodos, buscando legitimar sua cientificidade. Conforme algumas características:

- a) Explicação de fenômenos e processos econômicos através de postulados e leis, supondo seu objeto de estudo um processo que se desenvolve com regularidade, automatismos e repetição.
- b) Uso de uma estrutura cognitiva análoga à elaborada pelas ciências naturais, o que simplifica excessivamente o conhecimento dos complexos fenômenos econômicos e sociais.
- c) Tendência à quantificação do conhecimento, como sendo verdadeiro e importante o mensurável matematicamente, ignorando outros aspectos da realidade econômica e social – comportamentos, modos de pensar, sentir e agir dos indivíduos e grupos – que, mesmo não sendo suscetíveis de mensuração, também são importantes.
- d) Um reforço de tendências, a separação institucional das diversas áreas como campos e objetos de diferentes disciplinas: o econômico para a Economia, o político, o social, a cultura para a sociologia, antropologia, etc. (RAZETO, 1985, p.11)

A ciência econômica passa a definir como seu objeto de estudo o mercado (e não mais o trabalho, a riqueza ou o governo da ordem); desde que este assumiu formas que tornaram possível seu estudo conforme leis de regularidade, dados objetivos e quantificáveis, deixando para trás dinamismos culturais e políticos. Esse mercado se configura em uma determinada época, em um determinado ponto histórico, mas foi teorizado como único. Pode-se dizer que foi a implantação do programa político econômico liberal, teorizado na fase anterior, que então se realiza como mercado capitalista de concorrência. Nessa segunda fase, a teoria econômica expõe a “racionalidade” desse mercado conforme sua justificação teórica. Às vezes, essa afirmação parece pouco clara quando está baseada na livre iniciativa econômica, ou seja, incontáveis iniciativas individuais e de grupos autônomos que decidem em função de seus próprios interesses suas atividades de trabalho, investimento, consumo e poupança através dos quais irão satisfazer suas necessidades, desejos e participação no mercado. Essas incontáveis iniciativas convergiram para um sistema “ordenado”, podendo até ser chamado de “coerente”.

Para explicar esse “sistema”, a teoria econômica (desde Ricardo a Marx e aos outros neo-clássicos) postula um mecanismo de funcionamento para este mercado conforme leis que regulam decisões e ações, coordenando-as em uma estrutura “racional”. (RAZETO, 1985, p.15)

Em uma realidade social, ou seja, tratando-se de atividades subjetivas, só se conseguiria acontecimentos regulares através da identificação das forças que governam. Assim, foram elaboradas as “leis” econômicas, como expressões das regularidades que são

observadas no mercado, que só podem existir uma vez que se manifestam nos comportamentos e ações dos seus sujeitos. (RAZETO, 1985, p.16) As leis do mercado de concorrência funcionam quando as atividades e as decisões dos atores econômicos e sociais acontecem como comportamentos que são constantes e, desta maneira, previsíveis. O mercado parece espontâneo, independente da vontade dos homens e da intervenção estatal.

Essa racionalidade econômica, no entanto, é introduzida e regulada por determinados grupos e passa a ser imposta ao restante dos setores e aos indivíduos da sociedade. Seria esse o mercado teorizado pela economia neo-clássica, o mercado capitalista embasado pela burguesia possuidora do capital, que organiza as atividades econômicas subordinando o trabalho ao capital, e todos os demais fatores em função de sua acumulação. Sua construção acontece pela expansão das relações produtivas, comerciais, financeiras, etc. E também pelo Estado, que adquiriu um programa político econômico favorecendo o desenvolvimento desse sistema através de um sistema jurídico que o “legitima, promove e consolida”. (RAZETO, 1985, p.17)

O mercado parece ter conseguido uma composição suscetível de teorização científica, de acordo com a estrutura cognitiva dada na época. É difundido o “homo-economicus” de comportamentos previsíveis e homogeneizados. O capitalismo, ou melhor, a classe capitalista conquista a todos com seus modos, propagando e generalizando as relações de intercâmbio, o espírito competitivo, o desejo de acumulação e consumo: as leis são ditadas e impõem o “automatismo do mercado”. (RAZETO, 1985, p.18)

É imprescindível neste momento contextualizar o surgimento da Administração enquanto *Ciência* suprindo, através dos estudos e pensamentos de Taylor e com os experimentos de Ford, a demanda por eficiência nas fábricas de modo a propulsar o desenvolvimento dos países capitalistas (experimentado a priori nos Estados Unidos da América). É notável a sintonia da obra de Taylor com o pensamento econômico que vigorava na época. (TAYLOR, 1995; RAGO, MOREIRA; 2004)

Essas condições permitiram uma racionalidade econômica e de organização do trabalho universal que surgiu, na verdade, como expressão da necessidade - tanto no âmbito da *Ciência Econômica* como, inclusive, no âmbito da jovem *Ciência da Administração*.

No entanto, outros espaços continuaram existindo na realidade: os diferentes modos de atuar, especialmente as ações organizadas que expressam vontade coletiva, as intervenções do Estado, as ações que são deixadas fora do estudo da economia neo-clássica. A ciência econômica exclui, de seu conceito de mercado, relações como as de doação e de cooperação; mesmo que essas relações tenham fundamental importância para a destinação de recursos e a distribuição de renda. A ciência econômica é incapaz de compreender essas relações segundo seus postulados e índices.

Nesse cenário é importante lembrar que ainda no início do século XX, Kropotkin (1902), com seu estudo “Mutual Aid: A factor of Evolution”, diagnosticara o aspecto da cooperação como o fator de maior importância para a manutenção e preservação das espécies e sua mais profunda evolução. Ele criticou o que Darwinistas (não Darwin, propriamente) e sociólogos vinham pregando, de que o homem, por possuir uma inteligência superior, pode mitigar o esforço e competição pela vida entre os indivíduos de sua própria espécie e de que, no entanto, ao mesmo tempo, a competição pelos meios de sobrevivência de cada animal contra todos os seus congêneres, seria a “lei da natureza”. Esta argumentação criticada por Kropotkin é comumente articulada em diferentes áreas, inclusive na Administração, para trazer *uma aura* de naturalidade à proeminência da *competição* e do *ser competitivo* na sociedade capitalista. Portanto, uma falsa aura. Kropotkin, havia observado em seus estudos a maior importância da “mutual aid” em relação à questão da competição – ele observara que, na natureza, justamente nos períodos de calamidade/escassez de alimentos a progressão e

evolução das espécies eram comprometidas. Aspectos relativos à cooperação foram percebidos por Kropotkin como:

“an instinct that has been slowly developed among animals and men in the course of na extremely long evolution, and which has taught animals and men alike the force they can borrow from the practice of mutual aid and support, and the joys they can find in social life”(KROPOTKIN, 1902, p.3).

E ainda: “it is not love and not even sympathy upon which Society is based in mankind. It is the conscience – be it only at the stage of na instinct – of human solidarity”(KROPOTKIN, 1902, p.3). As instituições de ajuda mútua –tribos, vilas comunitárias, guildas, cidades medievais – que se desenvolveram desde os períodos mais remotos levaram o autor a pesquisar períodos mais recentes - como o desenvolvimento do cooperativismo, associações e mutualidades, movimentos de greve e a organização dos trabalhadores - que o levaram a destacar a importância da “mutal aid” herdada pelo homem através do seu longo período de evolução atuando ainda hoje na sociedade, e que supõe-se estar implícita no axioma “cada um por si, e o Estado por todos”, mas que na realidade não é bem assim. (KROPOTKIN, 1902)

Voltando à nossa retrospectiva, a fase neo-clássica tem vida breve porque a economia, como acontece em sua prática, não cabe em conceitos delimitados. Uma série de processos do mercado ocasiona um crescente desequilíbrio de forças, comprometendo a regularidade dos comportamentos econômicos.

O processo de padronização econômico, político e cultural burguês logo encontra suas barreiras estruturais e históricas. As contradições do programa liberal começam a se manifestar através da grande concentração econômica, inflação, monopólios de determinados setores, recessão, desemprego, alterando, assim, o modelo de relações e equilíbrio constituintes do mercado de concorrência. Esse processo é muito bem abordado por Castel (1998) em “Metamorfoses da Questão Social”, onde descreve a formação do *Estado de bem estar-social* que tinha como obrigação *tentar* manter um equilíbrio assegurando direitos e benefícios à classe trabalhadora. No entanto, como poderia ser um Estado de direito, se era excluído de intervenções na propriedade e na economia.

Passa-se a entender então, como crise econômica, o desequilíbrio das forças do mercado que de tão acentuado torna inviável “automatismos” teorizados, fazendo com que apareçam comportamentos inorgânicos, como a especulação, por exemplo.

Com a crise dos anos trinta, a ciência econômica entrou na sua terceira fase de evolução. Marcada pelas elaborações de Keynes, o centro do estudo se transportou para as políticas públicas econômicas. Ampliando-se o estudo da disciplina com esse novo sujeito econômico, o Estado, o foco central de investigação passa a ser a relação mercado – Estado.

As regularidades e automatismos anteriores passam a interagir com os sistemas de decisões, deixando de ser suficientes em si para explicar os processos econômicos. A ciência econômica passa a admitir novos elementos da realidade prática / empírica a fim de encontrar a compreensão dos reais processos econômicos através de uma busca teórica crescente e complexa, abandonando a pretensão anterior de se construir um modo único de dinamismos e leis fundamentados. O objetivo principal deixa, nessa fase, de ser o equilíbrio passando a ser o crescimento.

Keynes revoluciona a ciência econômica, transformando o poder estatal em sujeito econômico, organizador. Procedendo este de forma diferente do capital, com base em relações econômicas que não são de intercâmbio somente. (SZMRECSANYI, 1978). Através de sua ampliação, ele reconhece que os postulados econômicos são aplicados em determinadas situações especiais, o que não acontece em nossa sociedade, onde são aplicados amplamente. Quando se colocou como Estado, a economia passou a ser vista em termos macroeconômicos, o que gerou uma idéia de produção e ocupação em conjunto, requerendo uma teoria mais

completa, apontando, assim, os aspectos contraditórios do comportamento econômico homogêneo, praticados tanto por empresas quanto pela sociedade em conjunto. (RAZETO, 1985, 24)

A breve descrição dessas três fases da ciência econômica faz uma panorâmica do pensamento predominante no desenvolvimento teórico e o instrumental usado pelos principais sujeitos econômicos nas sociedades capitalistas. No entanto, para a compreensão do significado da Economia Solidária, é necessário também considerarmos a corrente marxista que nasce como crítica à economia de mercado.

A crítica marxista, todavia, não significou uma superação às teorias predominantes em seus fundamentos científicos. Ela desenvolve sua argumentação detendo-se ao elemento principal das teorias existentes (o capital), sendo elaborada em um contexto onde prevaleciam as relações de intercâmbio e os automatismos impostos por ele, para manifestar as contradições que implica, o que faz com que as diferenças teóricas entre Marx e seus críticos sejam consideradas como neutralizadas em uma mesma matriz de pensamento e que, todavia se opõe radicalmente à economia capitalista, especialmente no que se refere aos seus juízos de valor, elaborações e práticas. Para que houvesse uma nova elaboração do problema científico seria necessário que novas relações de forças se manifestassem, ou seja, um novo mercado com suas próprias características e “automatismos”. (RAZETO, 1985, p.30)

A teoria marxista faz a sua negação desenvolvendo uma oposição entre a racionalidade de produção e mercado capitalistas, e a racionalidade econômica (de produção e consumo) implícita na classe trabalhadora.

Segundo Sweezy (1962), o comportamento capitalista, expressado através da equação Dinheiro + Mercadoria + Dinheiro' ($D+M+D'$)², é oposto à de Mercadoria + Dinheiro + Mercadoria ($M+D+M$), cuja racionalidade econômica é precedente e continua se prolongando na grande maioria da população, ou seja, a forma de circulação $M+D+M$ não se extinguiu com o advento da produção e consumo capitalistas. Para a grande maioria da população, essa equação acontece quando converte sua força de trabalho (M) em dinheiro (D) para então, voltar a adquirir insumos para sua sobrevivência e algumas comodidades (M). Para a classe trabalhadora, como também para os pequenos comerciantes e produtores, esse comportamento é estimulado por valores de uso muito diferentes da acumulação capitalista, sua relação $M+D+M$ é muito distante da $D+M+D'$. O que parece ser acumulação para o trabalhador (seguros, fundos, etc) é, na verdade, necessidade de segurança para quando falte sua força de trabalho. Essa condição tão distinta de conduta não está relacionada com natureza humana, essa diferença estaria relacionada às circunstâncias as quais cada indivíduo é submetido (SWEEZY, 1962). Essa colocação é bastante interessante, pois vem confrontar a idéia de maximização do comportamento capitalista a toda a sociedade, da mesma maneira que também expõe a força e os limites da teoria crítica. Assim, também se todo indivíduo é capaz de cooperar e de ser solidário.

Marx e Engels não chegaram a formular um novo modelo onde houvesse a valorização do trabalho e onde capital e demais setores fossem subordinados em uma lógica em que o trabalho fosse a categoria organizadora. Assim, suas proposições se reduzem à crítica e à necessidade de se “expropriar os expropriadores” para uma economia sem exploração do trabalho, sem propriedade privada e socializada. (RAZETO, 1985, p.32)

As observações feitas sobre a ciência econômica não pretendem, tampouco seria possível nesse espaço, dar conta de todo o conteúdo teórico e limitações das teorias mencionadas. O objetivo dessa panorâmica é evidenciar o nexo que interliga estes sistemas teóricos com as diferentes situações práticas onde acontecem diversos tipos de relações econômicas, que determinam racionalidades particulares cujos predomínios contribuem para a formação de diversas estruturas de mercado. Também como esses sistemas realizaram

simplificações que foram transformadas em “leis” que abrangeram somente alguns tipos de comportamentos e ignoraram todos os demais, especialmente o setor popular que, desenvolve um comportamento com base em fatores diferentes do capital. Normalmente esse setor é considerado apenas quando está sob a organização do capital ou do Estado - como vimos, somente estes dois foram reconhecidos como categorias econômicas - através das relações de intercâmbio, tributação e programas de redistribuição, sendo que qualquer iniciativa que se dá por organização autônoma com base no trabalho e no conhecimento não é objeto de interesse.

Essa generalização talvez possa ser explicada porque na época moderna houve realmente a expansão e predomínio das relações de intercâmbio e capital. Durante todo esse tempo, formas de cooperação e doação sempre estiveram presentes. O domínio da economia capitalista e a subordinação das demais atividades e relações econômicas fizeram com que aquelas teorias obtivessem certa efetividade de interpretação e condução das tendências econômicas. Embora essas relações tenham sido predominantes em uma determinada época, não justificam a sua generalização em todas as sociedades durante toda a sua história.

A ciência econômica não é puramente objetiva, mas também normativa (RAZETO, 1985, p.37), já que emite juízos da realidade onde estão implícitos juízos de valor, ao formular leis que estão na verdade ditando comportamento. Como as teorias e concepções também influem nas decisões dos agentes econômicos ao tentar explicar os processos e tendências, ao mesmo tempo em que se oferecem como instrumentos de guia racional.

A economia clássica contribuiu para a formação do capitalismo, assim como as teorias neo-clássicas foram decisivas e o pensamento keynesiano ampliou a intervenção do Estado. Mais importante do que entender como tais concepções fundamentaram políticas econômicas, é entender como as práticas estão impregnadas e conformadas socialmente por elas. Como os comportamentos próprios dos capitalistas, teorizados e propostos como “racionalidade”, são transformados em “leis de mercado” e assegurados pelo Estado, enquanto este ainda não tem seu papel, como sujeito econômico, bem definido. Segundo diversas elaborações poderia ser: o pleno emprego, o desenvolvimento nacional, a distribuição de renda, entre outras funções. Essa diversidade nos evidencia que o problema ainda não está bem resolvido teoricamente, mesmo que algum desses objetivos esteja declarado como prioridade de políticas econômicas, dificilmente esse resultado será alcançado. Isto, todavia, não diminui a importância das elaborações sobre políticas econômicas para a compreensão das atividades organizadas pelo setor público.

Nas últimas duas décadas se multiplicaram os esquemas teóricos, os instrumentos de análise e mais ainda a quantidade de informações. No entanto, nunca houve tanta dificuldade em se compreender os processos econômicos, em se propor políticas adequadas capazes de resolver os problemas de desequilíbrios crescentes que se observam. É uma situação paradoxal que acontece em diversas sociedades de diversas culturas, etapas de desenvolvimento, regimes políticos e econômicos.

Essa crise da ciência econômica estaria ligada aos desajustes entre economia e política, “mercado” e Estado, e à complexidade dos comportamentos econômicos que se desenvolvem em diferentes lógicas. Essa diversidade requer análises particulares já que as insuficiências críticas hoje estão relacionadas à dificuldade de se capturar teoricamente os comportamentos individuais e sociais (devido a fatores tecnológicos, culturais, políticos e econômicos) para que se possa elaborar a abrangência dessas diferentes lógicas. O desafio não estará simplesmente em reconhecer teoricamente os comportamentos e relações solidárias, mas compreender as relações que se estabelecem entre as distintas racionalidades que operam no mercado, em particular entre as empresas do setor privado, o setor público e os empreendimentos solidários.

Essa questão também é compartilhada por Zaoual (2003) que fala em uma melhoria dos problemas por meio de novos valores e uma economia plural, que integre simultaneamente a

intervenção pública, as organizações de economia solidária e “parte do mercado”. Isso seria possível, segundo o autor, mediante a participação da população no seu território.

Os modelos se mantêm enquanto os comportamentos e forças não se alteram, quando isto ocorre são necessários uma nova análise e desenvolvimento teórico para que possa haver a potencialização das práticas sociais emergentes. Agora sem ocultar sua dimensão ética, já que se mostrou a incoerência da pretensão positivista de um juízo neutro e padronizado das relações humanas. (RAZETO, 1985) Talvez estejamos na eminência de um quarto momento, momento de se reconhecer um novo sujeito econômico que gera uma dinâmica de produção e renda como resposta à crise do trabalho e da economia.

Técnica e desenvolvimento no *espaço*, por Milton Santos

Milton Santos faz uma abordagem do espaço como meio trans-histórico, onde acontece o acúmulo dos tempos, a materialização da história e das ações humanas. Quando não o entendemos dessa maneira e perdemos esse diálogo, têm-se como consequência a criação e desenvolvimento de projetos que em si mesmos se tornam destrutivos naquele determinado espaço. Ao elaborarmos a técnica pensamos exclusivamente no tempo sem considerarmos o espaço, essa é uma das características do pensamento dominante que exclui a existência da relação espaço-tempo.

Cada ponto do espaço tem uma temporalidade própria que não é dada por uma única técnica, mas um conjunto de técnicas existentes naquele ponto espaço. (SANTOS, 1997, p.62) Acontece que as variáveis existentes em cada lugar acabam sendo medidas em relação aos fatores externos, como se houvesse uma padronização. Quem sofre as maiores consequências desse “método” são os países subdesenvolvidos (ou emergentes) que têm sua produção ligada à criação nos países desenvolvidos da forma de produzir. Assim, a posição que cada lugar ocupa acaba sendo estipulada em função da técnica nos meios de trabalho, quando esta também se torna elemento explicativo da sociedade e dos seus espaços geográficos.

Haveria que se levar em conta outros dados, como: a organização do trabalho no espaço, no tempo e as relações entre seus agentes; formas de mercantilização; previsão; e o poder político e econômico das firmas, ou seja, a força que têm de criar a seu favor fatores externos decisivos dos montantes de lucro, bem como o seu tempo de retorno. Ou seja, o estudo das técnicas deve ultrapassar largamente os dados técnicos e fazer uma profunda incursão nas relações sociais já que essas relações explicam o fato que, em diferentes lugares, técnicas semelhantes obtêm resultados distintos. São as combinações que extrapolam a produção propriamente dita e permitem a criação de um efetivo processo político.

Aproximando-se dessa discussão Milton Santos faz uma crítica interessante à ação deliberativa e ao conceito de ação comunicativa que nela está implícita:

“O novo sistema de objetos geográficos e o novo sistema de ação deliberativa, que inclui o subsistema de ação comunicativa, são, pois, o cenário ideal para o exercício de uma racionalidade implacável do sistema econômico, mais exatamente do subsistema hegemônico da economia que, desse modo, se superpõe e deforma o sistema social e o sistema cultural, agindo, igualmente, sobre o restante, não hegemônico do sistema econômico. Ficam, assim, assentadas as bases para o alcance de uma eficácia e de uma produtividade baseadas na conformidade do instrumento à ação, da forma à função.” (1997,p.78).

Em “Tem razão a administração? Ensaio de Teoria Organizacional e Gestão Social” Fernando Tenório (2002) faz uma abordagem do que seria a gestão social, sobre como ela deve acontecer através da cidadania deliberativa. Para que a gestão social ocorra o cidadão deverá ser o sujeito a fazer voz daquilo que interessa à sociedade e que constituirá a própria demanda ao Estado. O autor encerra a obra com uma questão: “a ingenuidade foi superada?”, ao se pensar a gestão social como uma possível solução em relação à cultura tecnocrata. Toda

a sua retórica que visa a compreensão do que é a gestão social em seu livro pode soar utópica se ela for aplicada “verticalmente”, conforme Milton Santos explica e como geralmente ocorre, sendo usada somente como um “instrumento” de perpetuação de formas de interesse. Baquero também comenta a falta de “capital social” e precária “identidade coletiva” com que se deparou o processo de descentralização política que teve início nos anos 90, tendo como resultado apenas a apatia e desconfiança por parte da população. (BAQUERO, 2003, p.30) Para que aconteça, efetivamente, uma gestão social de acordo com o que se propõe, faz-se necessário uma análise prévia, horizontal, para que se perceba em determinados espaços se ela é viável, do contrário pode ser deturpada e apenas oportunidade de manipulação e tendenciosidades. O mesmo risco sofre a Economia Solidária enquanto projeto de política pública e de entidades externas (ONGs, Universidades, igrejas).

A globalização para o homem comum é uma fábula que multiplica o número de vetores e distancia as instituições das pessoas. Para o homem comum o imediato, o concreto, é a própria cidade. (SANTOS, 1997, p.83) Com a globalização definiu-se os lugares como pertencentes a um mesmo tempo e espaço, a partir de então as soluções foram generalizadas a todos como em um processo de presentificação brutalizada, sem que se leve em consideração que somos todos, indivíduos e espaços, formados de um passado, de um presente e um futuro. As utopias e ideologias foram esquecidas e a democracia que se diz garantida é praticada basicamente pelo voto que, no entanto, garante apenas a continuidade desse mesmo sistema. A esperança residiria no fato de que, embora o pensamento dominante possa estar presente em todos os lugares, ele não é capaz de dominar a complexidade do acúmulo de tempo histórico.

Milton Santos alerta que a influência do capital está concentrada hoje no campo, lugar onde ele se difunde mais depressa e onde a força do mercado regula a atividade a despeito do Estado; enquanto nas cidades apenas os subsistemas ligados às multinacionais e organismos internacionais merecem a sua atenção, quando o Estado é chamado a adequar o meio ambiente construído às forças mundializadoras, a submeter-se à ação global. No entanto, na cidade acontece uma maior resistência devido a esse meio ambiente construído, onde se tem uma diversidade de classes, de rendas e modelos culturais.

A cidade modernizada opõe-se à maior parte da aglomeração onde os “tempos são lentos” (SANTOS, 1997, p.79) e adaptados às estruturas antigas remanescentes, são os espaços “opacos” ou de resistência, ali onde a economia não hegemônica e as classes sociais hegemônicas encontram seu espaço de sobrevivência. Daí a necessidade de se estudar a verdadeira “flexibilidade tropical” dos países do Terceiro Mundo, artifício que suas grandes cidades dispõem para atenuar a crise. A técnica crava nas cidades uma modernidade “luminosa” que se justapõe, superpõe e contrapõe ao resto da cidade onde vive a maioria pobre, nas zonas urbanas “opacas”.

A idéia de potência, que a literatura glorifica, encontra na velocidade o meio e a força mágica que permitiu à Europa primeiro civilizar-se, dando a idéia de velocidade à riqueza e lentidão à pobreza. No entanto, essa impressão é falsa, SANTOS (1997) lembra:

“... na grande cidade atual, tudo se dá ao contrário. A força é dos lentos e não dos que detêm a velocidade... Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrinhá-la – acaba por ver pouco da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, freqüentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto que não desejam perder, vem exatamente do convívio com essas imagens. Os homens “lentos”, por seu turno, para quem essas imagens são miragens, não podem por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações.” (p.84)

Para os migrantes que chegam a uma cidade e os pobres, a falta de oportunidade gera a necessidade de ação que é aliada primeiramente ao pensamento, enquanto a classe média e os

ricos são envolvidos por sua própria teia de racionalidade invasora. Por isso, os espaços “luminosos” são na verdade os espaços “opacos”.

A crítica deve fazer emergir a técnica juntamente com a tecnicidade humana, com as inteligências e saberes humanos, ao contrário do saber dominador não libertário. Uma inovação que deve ser dialógica e trazer melhorias para a melhoria. Milton Santos explica esse fato dizendo que somente o tempo em que se encontra a metrópole é que permitiu essa percepção, o que devemos fazer é aperfeiçoar essa nova leitura sobre como complementar essas categorias de técnicas que devem interagir com tolerância e solidariedade. Nosso esforço hoje consiste em entender os mecanismos dessa solidariedade que se fundamenta nos tempos lentos e que desafia os tempos rápidos da competitividade.

Economia Solidária: esclarecendo os termos

O conceito de Economia Solidária aparece com uma relativa imprecisão. Os termos utilizados por diferentes autores para descrever objetos semelhantes deram origem a uma seqüência de nomes que se adequam, segundo Lia Tiriba (2001), aos diferentes interesses políticos dos movimentos sociais envolvidos com o campo, “assim como construímos a realidade, construímos os conceitos”. Fala-se de *Economia Solidária*, *Terceira Via*, *Economia Social*, *Economia Popular*, *Economia Popular Solidária*, entre outros termos. Tentaremos esclarecer alguns deles.

Coraggio assimila o conceito de Economia Popular, considerando-o um setor da economia e não um campo de estudo, tendo como principal elemento de diferenciação a “reprodução ampliada da vida” (CORAGGIO, 1998, p.79). Para o autor, pela complexidade do novo tecido social, seria inadequada a redução do sistema econômico a dois setores: o formal e o informal. A economia estaria, na realidade, dividida em três subsistemas: a economia empresarial-capitalista; a economia pública (institucionalizada, que vem passando por um processo ainda incompleto de reforma); e a economia popular, empobrecida, atravessada por contradições internas e que se confronta com os outros dois subsistemas.

Atualmente não é a economia empresarial nem a estatal que vêm criando condições de trabalho a uma parcela crescente da população, apesar de toda a sua fragilidade, é a economia popular quem vem cumprindo esse papel (ICAZA; TIRIBA, 2003). Caracteriza-se não por investimentos de capital, mas pela própria força de trabalho, em forma de microempresas e empreendimentos que dificilmente se separam da unidade familiar. São subordinados a uma lógica de produção e reprodução desses mesmos tipos de empreendimentos (CORAGGIO, 1998).

Quando se passa a exercer o apoio mútuo, a cooperação e o compartilhamento das formas de conhecimento, mercados e tecnologias, a *economia popular* passou a ser chamada de *Economia Popular Solidária*. (ORTIZ ROCA, 2002) Essas experiências articulam os interesses individuais aos coletivos de maneiras criativas. Como as associações de pequenos empreendedores que se unem para ter acesso a serviços comuns, ou para facilitar o diálogo com o Estado, para conquistar normas mais favoráveis ao seu desenvolvimento ou mesmo na participação de discussões como o desenvolvimento local. As experiências são normalmente bastante heterogêneas, onde acontecem também situações de competitividade e individualismo, a constante é o apoio mútuo para que se consiga em conjunto o que não seria possível sozinho. Na prática, as atividades desenvolvem um caminho e uma estratégia baseados na solidariedade, ainda que em “graus” diferentes. Segundo Ortiz Roca, a solidariedade não é um valor que, uma vez conquistado, “dure para sempre”, mas é algo que dever ser permanentemente “cultivado” (ORTIZ ROCA, 2002, p.14).

No entanto, a discussão da Economia Solidária não está limitada aos esforços no setor popular e rural, mas em seu sentido amplo de cooperação em empreendimentos autogestionários (que podem não ser necessariamente do setor popular), como também na

relação destes com o Estado, entidades e sociedade civil. (ORTIZ ROCA, 2002) Por tratar essa amplitude de relações, o termo utilizado neste trabalho é Economia Solidária.

A *Economia Social*, por sua vez, refere-se de maneira mais específica às organizações produtivas que seguem princípios como: a livre adesão, democracia interna e lucratividade limitada. Está baseada nas cooperativas, mutualidades e associações, que têm estatutos próprios e reconhecimento legal (WAUTIER, 20003), podendo não exercer necessariamente suas atividades sob a ótica da solidariedade. A *Economia Social* é mais utilizada em países da Europa como Portugal, Espanha e França, onde a palavra solidária é por vezes agregada – tendência que cresceu principalmente devido à crise do trabalho, a questão da intolerância religiosa e do grande fluxo de imigração que esses países vêm recebendo (ÓFARRELL, 2003). Por serem lugares onde existe uma eficiência do *Estado de bem-estar social* e os direitos à saúde e à educação serem exercidos, não ocorre o questionamento sobre a necessidade de sobrevivência, de se suplantar a miséria e a fome.

Seriam esses fatores que diferem basicamente a discussão sobre a *Economia Social e Solidária* nos países desenvolvidos, da *Economia Solidária* nos países pobres.

“Historicamente, la economía solidaria en los países pobres, pero aún podríamos decir, en todo el continente americano surge a partir de toda la experiencia de pobladores y pobladoras de la ciudad y el campo en su lucha por sobrevivir y mejorar sus condiciones de vida en base al apoyo mutuo, organizándose de muy variadas formas para acceder a un espacio en la economía existente, compartiendo los beneficios económicos, sociales, culturales de esa participación, por pequeña que fuese en dicha economía.” (ORTIZ ROCA, 2002, p.13)

No Brasil, de acordo com o mapeamento nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária, realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES – TEM), até agosto de 2007 existiam 21.000 empreendimentos com a participação de mais de um milhão e setecentas mil pessoas, sendo 60% homens e 40% mulheres, organizados em associações (52%), grupos informais (36%) e cooperativas (10%) além de outras formas organizativas (2%).

Economia Solidária: características

- ✓ A reciprocidade no centro de sua ação econômica: as pessoas se associam numa base voluntária com o objetivo de satisfazer necessidades sociais e culturais;
- ✓ A gênese e os atores envolvidos: trabalhadores excluídos do mercado formal que constituem empreendimentos coletivos ou iniciativas associativas na busca de melhorar seu empreendimento;
- ✓ A organização dessas experiências: propicia a criação de espaços públicos de debate;
- ✓ Propriedade social dos meios de produção;
- ✓ O controle e poder de decisão pertencem de forma paritária à sociedade de trabalhadores;
- ✓ A gestão é determinada pela sociedade de trabalhadores, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e decide sobre o destino do excedente produzido.

Concluindo

Através das abordagens desenvolvidas neste trabalho é eminente a necessidade e o momento atual de se discutir esse outro tipo de configuração do trabalho, que nunca deixou de existir, mas foi ignorado pelos estudos econômicos, pelos projetos de desenvolvimento e que o Estado durante alguns séculos tentou coibir. Independentemente da problemática de supressão do capitalismo por este modelo ou de uma coexistência entre ambos, fica clara a

necessidade de se refletir sobre essas práticas que contemplam sim a crítica. Como fica claro para nós, administradores, a necessidade de se repensar o papel da Administração nesse cenário. Embora a justificativa para a discussão da Economia Solidária neste trabalho tenha se baseado em uma retrospectiva das fases da Ciência Econômica e na necessidade de se (re)discutir o desenvolvimento, sabemos bem que é íntima e implícita a relação entre a Administração e esses dinamismos, tanto na maneira como eles influenciam nossos desdobramentos teóricos organizacionais, quanto na *retroalimentação* desses dinamismos através das práticas desenvolvidas pela Administração (lembrando a Abordagem Sistêmica). Apenas para exemplificar neste momento: a mudança do paradigma taylorista/fordista para o toyotismo em detrimento da crise e a manutenção da unidimensionalidade organizacional. A unidimensionalidade é um termo oriundo da filosofia de Marcuse, adequado por Faria aos Estudos Organizacionais (FARIA, 2007 b). O homem na sociedade contemporânea é um ser unidimensional, pois perdeu uma de suas dimensões: a dos valores idealistas e românticos, isto é, a dimensão da autonomia, da personalidade e do humanismo. Assim como a sociedade em si, que tende para o totalitarismo, manifesto na uniformização política e técnico-econômica, como foi mostrado, tornando-se também unidimensional. A gestão e a produção acabam se “emoldurando” em algum elo da cadeia econômica e as organizações tornam-se unidimensionais de forma legitimada por esquemas teóricos. As relações de cooperação e solidariedade, como descreveu Kropotkin, são instintos humanos desenvolvidos ao longo de todo um processo de evolução da espécie humana. Porém, a organização econômica, do trabalho e da técnica tem transformado o homem em um ser unidimensional.

Chego ao final deste trabalho com perguntas apenas: enquanto Administradores, pesquisadores e docentes, que papéis desempenhamos no nosso *espaço*? Não deveríamos também ver com naturalidade temas como a cooperação, a autogestão e a Economia Solidária? Por que só reproduzimos com cumplicidade a organização unidimensional?

Referências Bibliográficas:

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BAQUERO, Marcello. Capital Social. In: CATTANI, Antônio David (org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.28-33.
- CASTEL, Robert. Cap. 8: A Nova Questão Social. In: _____. *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CATTANI, Antônio David (org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- CORAGGIO, José Luis. *Economia Urbana: La Perspectiva Popular*. Quito: Ediciones Propuesta, 1998.
- FARIA, José Henrique de. As organizações e a Sociedade Unidimensional. In: *Análise Crítica das Teorias e Práticas Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2007 a. p. 241- 258.
- _____. As organizações e a Sociedade Unidimensional. In: *Análise Crítica das Teorias e Práticas Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2007 b. p. 241- 258.
- ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: CATTANI, Antônio David (org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.101-109.
- KROPOTKIN, Peter. *Mutal Aid: A factor of Evolution*. 1902.
- MARX, Carl. Cap. XII: Divisão do Trabalho e Manufatura. In: _____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro Primeiro, vol I. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- ÓFARRELL, Pablo Badillo (Coord). *Pluralismo, Tolerância, Multiculturalismo*: Reflexiones para un mundo plural. Universidad Internacional de Andalucía. Andalucía: Ediciones AKAL SA: 2003.
- ORTIZ ROCA, Humberto. Las dimensiones moral y humana de la ayuda a la deuda y la cooperación internacional: deuda externa, cooperación internacional y solidaridad económica. In: CONFERENCIA SOBRE LA HUMANIZACIÓN DE LA ECONOMÍA GLOBAL, 2002, Washington, DC. *Artigo, 26 f.* Disponível em: http://www.riless.ungs.edu.ar/documentos/398_ortiz_humanizacion.pdf.
- RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F. P. O que é o Taylorismo. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- RAZETO, Luis. *Economia de Solidaridad y Mercado Democrático, Libro Segundo*. Chile: Ediciones PET, 1985.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo*: Globalização e Meio Técnico Científico Informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA – SIES. Brasília: MTE. Disponível em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>; acessado em 25/09/2007.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. *Produzir para Viver*: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. *A Crítica da Razão Indolente*: Contra o desperdício da Experiência. São Paulo: Cortez, 2001.
- STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.
- SWEEZY, Paul Marlor. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.
- SZMRECSANYI, Tamás. *Introdução à Coletânea de textos de J. M. Keynes*. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- TAYLOR, Frederick W. *Princípios de Administração Científica*. São Paulo: Ed. Atlas, 1995.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Tem Razão a Administração?* Ensaios de Teoria Organizacional e Gestão Social. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.
- TIRIBA, Lia. A economia solidária no contexto da economia moral das multidões (os sindicalistas entram em campo). *Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense*, Niterói, núm. 4, p. 27-45, set. 2001.
- WAUTIER, Anne Marie. Economia Social na França. In: CATTANI, Antônio David (org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.109-116.
- ZAOUAL, Hassan. *Globalização e Diversidade Cultural*; textos selecionados e traduzidos por Michel Thiollent. São Paulo: Cortez, 2003.

¹ O termo transcendente foi aqui aplicado por mim, diante da leitura e reflexão dos dois autores e das abordagens feitas sobre o que é Teoria Crítica. Pensei ser este o termo que melhor traduz e resume tudo que foi lido, e de acordo com o que é a transcendência descrita por Nietzsche.

² D' deve ser superior a D, constituindo a lógica capitalista.